

ABRANGÊNCIA PESSOAL DOS PROCESSOS DE INDETERMINAÇÃO DO AGENTE*

Heloísa Marques TUPINÁ**

RESUMO: Neste trabalho, apresentamos a análise da abrangência pessoal dos recursos para a indeterminação do agente em língua portuguesa, ou seja, das pessoas -1.ª, 2.ª, 3.ª - envolvidas por tais recursos. Para a seleção dos recursos abordados, consideramos, inicialmente, as noções de indeterminação e agente; em seguida, tendo em vista o objetivo proposto, passamos a descrevê-los, especificando os fatores que concorrem para a escolha de um recurso e sua funcionalidade.

UNITERMOS: Agente; indeterminação; referência; abrangência pessoal; impessoalidade; generalização.

O objetivo deste artigo é a análise de uma das particularidades dos recursos para a indeterminação do agente em língua portuguesa: a abrangência pessoal.

A indeterminação corresponde ao caráter de indiferenciação, falta de individualidade ou de especificidade de um termo, capaz de conferir ao enunciado um teor de imprecisão e generalidade, em decorrência do ponto de vista do emissor. O sujeito da enunciação recorre à indeterminação quando não pode ou não quer definir uma idéia, sentimento ou situação a que se refere. No caso do agente, cuja característica básica é a de especificar alguém que executa a ação sobre a qual exerce controle***, há indeterminação quando a referência é feita a uma massa indiferenciada ou a um ser não-específico.

Assim, o critério estabelecido para a seleção dos processos é o da reação à no-

ção de agente, avaliada não só em construções que comportam tal argumento, expresso por termos cuja noção não remete a circunstâncias definidas, como também em estruturas que, sem a manifestação do agente, implicam um ser ao qual se refere o fato enunciado pelo verbo.

Quanto à manifestação do agente, temos as seguintes possibilidades de construção:

- a) frase ativa com agente determinado, específico;
- b) frase ativa com agente indeterminado, não-específico;
- c) frase ativa sem menção do agente;
- d) frase passiva com agente determinado, específico;
- e) frase passiva com agente indeterminado, não-específico;
- f) frase passiva sem menção do agente.

Obviamente, a preocupação com a

* Trata-se de uma análise feita com base no trabalho *Estudo dos processos de indeterminação do agente*, apresentado ao Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis da Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre de Letras, (área de concentração: Filologia e Linguística Portuguesa), e defendido em março de 1983. O *corpus* é constituído por contos brasileiros contemporâneos e por ocorrências colhidas no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *ISTO É*.

** Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

*** Segundo Telmo Correia Arrais, "a característica básica do argumento AGENTE é a de especificar alguém que executa a ação, sobre a qual exerce controle. Há mesmo autores que caracterizam o AGENTE como nome tipicamente marcado pelos traços /animado/ e /volição/, enquanto para outros o AGENTE pode ser também representado por 'Força da Natureza' os chamados 'agentes naturais' (Mero Instrumento para os primeiros)". (1, p. 83).

indeterminação do agente não considera os casos mencionados nas letras *a* e *d*.

Consideradas essas noções preliminares, chegamos aos seguintes processos de indeterminação do agente, expressos por diferentes estruturas sintáticas a serem precisados no decorrer da análise:

1. verbo na 3.^a pessoa do plural;
2. verbo na 1.^a ou na 2.^a pessoa, do singular ou do plural;
3. pronomes indefinidos;
4. expressões indefinidas;
5. pronome *você*;
6. infinitivo;
7. voz passiva analítica;
8. voz passiva pronominal;
9. pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos não transitivos diretos.

Até certo ponto, podemos considerar tais recursos semanticamente equivalentes, já que se trata de expressões de agente concebível, ou seja, implicam um ser vago ao qual a ação expressa pelo verbo se refere. Pretendemos, todavia, particularizar um dos aspectos dessa listagem de processos que acabamos de registrar: o das pessoas -1.^a, 2.^a, 3.^a — envolvidas na indeterminação.

No português atual, o verbo na 3.^a pessoa do plural, que especificamente enuncia a pluralidade, pode converter-se em recurso para a indeterminação do agente. Assim, no caso da 3.^a pessoa, a pluralização verbal, quando não se trata da conformação gramaticalmente regular de um sujeito específico plural, cumpre a mesma função de formas não-pessoais, exprimindo a generalização. É a própria “não-pessoa” que, segundo Benveniste, designa o conjunto de seres não-pessoais. (2, p. 254)

Tanto no verbo como no pronome, o plural é fator de ilimitação; exprime a imprecisão da idéia ou juízo que fazemos de qualquer pessoa. Muitas vezes, o agente é um único ser, mas o plural pode despistar o receptor, que desanima diante da imprecisão numérica que lhe é dada. A plurali-

zação é quase sempre um exagero; pensa-se, geralmente, em agente incerto.

Como recurso para a indeterminação do agente, o verbo na 3.^a pessoa do plural pode ser empregado com acepções distintas. Às vezes, expressa um grande número de pessoas indeterminadas:

“As visitas achavam aquilo extraordinário, imaginem, o cachorro sente que o dono morreu, está procurando; depois *dizem* que bicho não tem alma”. (20, p. 109)

Dizem não se refere ao pronome *eles*, nem a um nome anteriormente expresso.

Em alguns casos, o verbo na 3.^a pessoa do plural refere-se a um único ser, cujo papel de agente, entretanto, não interessa explicitar, pôr em destaque, ou identificar:

“No dia seguinte *telefonaram*, e eu avisei aos meninos que Lisetta morrerá”. (6, p. 160)

Em outras ocorrências, o referido recurso decorre de um real desconhecimento do agente:

“Rita no banheiro, eis que *batem* à porta”. (19, p. 68)

Algumas vezes, é o próprio sentido do verbo que torna mais evidente a função desse processo para indicar que o agente é totalmente desconhecido.

“Morreu no Tungo-Tungo, nos gerais de Goiás, fazenda de Cachoeira brava. *Mataram*”. (16, p. 79)

Em síntese, o verbo na 3.^a pessoa do plural pode ser empregado para designar uma só pessoa que não podemos ou não queremos especificar, ou um grande número de pessoas indeterminadas. Mas, o processo com essa forma, jamais envolve a 1.^a e a 2.^a pessoas.

Os empregos do verbo na 1.^a ou na 2.^a pessoa, do singular ou do plural, sem a expressão do pronome correspondente sem a indicação prévia de um agente, aparecem como outros recursos para a indeterminação.

A forma mais freqüente no *corpus* de nossa pesquisa é a do verbo na 1.^a pessoa do plural.

Segundo Benveniste, “de maneira geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa ampliada e difusa. O ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas”. (2, p. 258)

É exatamente esse processo de ampliação que se verifica nas ocorrências do verbo na 1.^a pessoa do plural, em frases de sentido indeterminado, geral, para indicar que o emissor se inclui numa massa indiferenciada.

“O que os amigos fazem, nunca chegamos a descobrir”. (13, p. 17).

O verbo na 1.^a pessoa do singular não é a forma mais vigorosa:

“Por outro lado, aqui *tenho* a possibilidade de andar nas ruas tranquilamente. Ela te garante o anonimato”. (21, 4 de out., p. 13)

Percebe-se que o emissor refere-se à possibilidade que as pessoas, de maneira geral, têm de “andar nas ruas tranquilamente”. O valor indeterminado de *tenho* é reforçado pela ocorrência de *te*, cuja referência também vai além do interlocutor.

Quanto à 2.^a pessoa, comumente é definida como sendo a pessoa à qual a primeira se dirige. Mas também pode ser usada fora da interlocução, entrando, segundo Benveniste, numa variedade de impessoal. (2, p. 254)

O português do Brasil não favorece a vitalidade desse processo com o verbo na 2.^a pessoa do singular ou do plural. É que, para o interlocutor, comumente se emprega o verbo na 3.^a pessoa, com o pronome *você*.

Procedemos também a um levantamento das ocorrências de pronomes indefinidos, entendidos como aqueles que se aplicam à 3.^a pessoa gramatical, quando considerada de modo vago e indeterminado.*

Nestas formas, a significação é essencialmente, e não ocasionalmente, indeter-

minada, ou seja, a indeterminação está na essência de sua função. (15, p. 186-187)

Segundo Mattoso Câmara Jr., “os chamados INDEFINIDOS e INTERROGATIVOS participam da natureza dos PRONOMES em virtude do que podemos designar como uma DEIXIS-ZERO (cf port. *quem?*, que pode ser — *eu, tu, ele*, ou analogamente, *alguém* etc.)”. (11, p. 155)

Embora os pronomes indefinidos se apliquem à 3.^a pessoa gramatical, excluindo, portanto, a 1.^a e a 2.^a pessoas, a abrangência pessoal pode ser ampliada, estendendo-se até mesmo ao emissor:

“/.../, logo que *alguém* tem dinheiro aparecem os outros querendo aplicá-lo, explicando como se perde dinheiro”. (7, p. 126)

Esse *se perde* reforça a generalização do enunciado, acentuando a indeterminação de *alguém*, que pode equivaler a ‘qualquer pessoa’, incluindo o emissor.

Dentre as expressões indefinidas, tomamos a forma *a gente*, que tende à impessoalização daquele que fala, não se excluindo, mas ressaltando a inclusão de um número impreciso de pessoas:

“Bobagem *a gente* viver poupando dinheiro. De repente cai morto e não fez o que teve vontade”. (20, p. 112)

Em ocorrências como essa, a expressão *a gente* assume caráter pronominal e é empregada para manifestar agente vago e indeterminado de 3.^a pessoa. É também muito freqüente o seu emprego na acepção de 1.^a pessoa — singular ou plural — mas sempre envolvida na indeterminação que a caracteriza semanticamente:

“*A gente* vai para a boate, dança, bebe e depois eu venho para casa”. (5, p. 18)

Assim, a expressão *a gente* pode estar-se referindo, como resumo para a indeterminação, vagamente a: 3.^a pessoa que não se quer especificar, de que se au-

* Para Dubois, “o traço indefinido (-definido) é interpretado semanticamente pela ausência de toda referência a um sintagma nominal anterior (*Uma pessoa telefonou*, em oposição a *A pessoa que você sabe telefonou*) ou a um elemento preciso da situação, ou pela negação do valor genérico (*Um homem não poderia agir assim*, em oposição a *O homem é um animal que fala*)”. (3, *indefinido*, p. 337)

senta o emissor; 1.^a pessoa — emissor — que quer se esconder ou disfarçar sua participação na ação; 1.^a pessoa do plural, envolvendo um grupo desconhecido de que faz parte o emissor.

A forma de tratamento *você*, além de designar, no seu emprego mais freqüente, a pessoa a quem o emissor se dirige, pode também constituir um dos recursos para a indeterminação do agente, indicando assim que a referência vai além da pessoa interpelada:

“O que assegura a integridade de sua obra é *você*. Agora não há condições de se fazer um trabalho numa gravadora /.../. É claro que, se o sujeito chega e diz para *você* fazer o que quiser, com orquestra completa e pagando tudo *você* topa”. (22, 285: 64, 9 de junh.)

É bastante freqüente o emprego desse recurso em entrevistas, com a finalidade de despertar o interesse e de envolver o interlocutor, tornando o discurso mais presente e mais vivo:

“O vôo de cruzeiro, com uma rota prestabelecida pode dar a *você* — principalmente podia dar antes, quando os aviões eram mais rudimentares — as paisagens com reflexão. O vôo de caça é mais rico, porque *você* não percorre uma rota, mas constrói arabescos no ar. Em compensação, *você* deve ser todo um pássaro. *Você* realmente voa, e tem que se converter no que faz”. (21, 14 de set., p. 44)

O valor indeterminado de *você* evidencia-se em frases nas quais ocorrem outros recursos para a indeterminação do agente, sem que estes tenham a sua abrangência pessoal limitada:

“— É um mito *dizer* que em São Paulo *se come* bem. Não existem bons restaurantes médios, onde *você* sempre encontra um bom filé com fritas”. (21, 27 de set., p. 12)

Observamos, no exemplo acima, o emprego do infinitivo *dizer*, impessoal,

mais um recurso para a indeterminação do agente em língua portuguesa. Essa forma é, por excelência, a enunciação absoluta do verbo. Não pode ser identificada com as outras formas verbais, de caráter determinado. É o verbo no máximo de sua indeterminação e generalidade. A impessoalidade é propriedade essencial do infinitivo. Não encerra indicação da pessoa do sujeito, não corresponde a nenhum tempo, nenhum modo, nem espécie de ação em particular. Apresenta o processo em potência, aproximando-se do substantivo:

“*Sentir* é o começo da insônia”. (14, p. 18)

O infinitivo, precedido da preposição *de* em sentido limitativo, liga-se aos adjetivos *fácil*, *difícil*, *bom*, *mau*, *duro* e outros de significação semelhante.

“Era um osso duro de *roer*, estava tinindo”. (4, p. 158)

A indeterminação com o infinitivo inclui as três pessoas do discurso. Pode co-ocorrer com a voz passiva pronominal e com as construções com o pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos não transitivos diretos, que também envolvem a 1.^a, a 2.^a e a 3.^a pessoas. São esses os três processos de indeterminação mais abrangentes:

“Aqui não sabia que ‘eu’ é apenas uma das palavras que *se desenhavam* enquanto *se atende* ao telefone, mera tentativa de *buscar* forma mais adequada”. (7, p. 11)

A voz passiva analítica é outro recurso usado para indeterminar a pessoa ou pessoas que praticam a ação expressa pelo verbo. De fato, a essência da voz passiva, sob qualquer de suas formas, é dar realce ao processo, sendo o agente omitido ou eventualmente incluído no predicado. Usa-se a voz passiva sempre que diminui, por alguma razão, o interesse pelo agente.*

* Segundo Lyons, “se há alguma função comum à passiva em todas as línguas habitualmente descritas como tendo voz passiva (e algumas delas, como o turco, essa parece ser a única função dessa forma), essa função é tornar possível a construção de frases sem agente: Bill was Killed”. (9. p. 298)

A não expressão do agente da passiva revela em grau acentuado essa falta de interesse em relacionar a ação com aquele(s) que a desempenha(m). É o caso que aqui, particularmente, preferimos registrar.

Tal recurso é empregado principalmente quando se trata de agente desconhecido, que não se pode mencionar:

“O Ministro do planejamento *foi morto* na semana passada. *Foi morto* na cama, ele e suas duas mulheres”. (6, p.68)

Outras vezes, indica pessoas indeterminadas, que não vem ao caso mencionar, expressando generalidade:

“Não sou pessoa que precise *ser lembrada* de que dentro de tudo há sangue”. (7, p.162)

O português atual elimina invariavelmente a expressão do agente na voz passiva pronominal:

“Daí, quedava, estalável, serena, no circuito do silêncio, como por vez *se escavam* buracos na barragem de um açude”. (17, p.63)

A concepção de um agente pessoal indeterminado pode surgir em uma frase passiva dessa natureza, mesmo que o sujeito esteja expresso. É justamente tal concepção que explica a tendência para o verbo no singular, ainda que o nome-sujeito (segundo a interpretação gramaticalmente convencionalizada) esteja no plural.

Mattoso Câmara Jr. comenta o tratamento variado e incerto que a perífrase verbo-pronominal com verbo transitivo recebe em português. É considerada por alguns como uma atividade sem ponto de partida determinado que recai sobre um objeto; outros interpretam como uma atividade cujo ponto de partida é o próprio objeto que assim passa a sujeito. Esta segunda interpretação é favorecida pela

norma: o nome paciente é visto como sujeito com o qual o verbo deve concordar. (10, p. 174-176)

No registro popular, a tendência é para fixar o verbo no singular, designando uma atividade sem ponto de partida específico. É que a expressão, mesmo tendo sujeito, sugere um agente pessoal; isso leva à atribuição de um sentido ativo à frase e à tendência para transformar o antigo sujeito em objeto direto (12, p.54)

Também segundo Celso Pedro Luft, “mais acertada é considerar *ativa* essa conjugação — o que corresponde: (1) ao sentimento dos falantes (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* — é como se usa na fala espontânea) e (2) à colocação dos termos (a posição pós-verbal é a do paciente) e (3) evita o divórcio dessas construções com as dos verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se*), que seria absurdo considerar passivos. Aqui, como ali, temos a idéia de ‘sujeito indefinido’, formalizada no *se*, que pode pois, tranquilamente, ser analisado como sujeito (*Aqui — se — trabalha = aqui — a gente — trabalha*)”. (8, p.133)

“*Manda-se* os pequenos para o zoológico e pronto, decidiu ele dirigindo-se ao espelho”. (18, p.91)

“Já no concurso para professor 3, *localizou-se* 7 candidatos com notas superiores a 50, /.../”. (21, 13 mai., p.12)

Nas construções com *se*, a indeterminação tem caráter mais abstrato e abrangente, envolvendo sempre todas as pessoas do discurso:

“Contrariando a opinião geral, Henfil discorda que em São Paulo *se coma* bem e sente falta de um restaurante onde *se coma* um bom filé com fritas”. (21, 27 de set., p.12)

Embora o verbo *comer* esteja empregado intransitivamente na primeira ocorrência, e transitivamente na segunda, não

há qualquer alteração nas pessoas envolvidas na indeterminação, como em:

“E então é necessário o disfarce: embora é não *se fale*, também não se mente, embora não *se diga* a verdade, também não é necessário dissimular”. (7, p.12)

Como mais um recurso para a indeterminação do agente, analisamos as construções com o pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos: intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos tomados intransitivamente ou seguidos de objeto direto preposicionado, e de ligação*.

Conforme já observamos, esse recurso indica uma generalização do processo, que pode envolver as três pessoas do discurso:

“Este é o grande defeito, só *se trabalha*. (21, 27 de set., p.12)

“/.../, o que também é uma forma de mostrar a um cão que *se gosta* dele”. (20, p.74)

“Villeneuve dizia que quando *se é* piloto de Fórmula-1 não se pode sentir medo”. (22, 282: 82, 19 de mai.)

Portanto, quanto à abrangência pessoal dos pronomes para a indeterminação do agente, às vezes há uma espécie de graduação, passando da generalização total, com um recurso de maior abrangência para um de menor abrangência, ainda que particularize a inclusão de uma das pessoas do discurso.

Com relação à funcionalidade, vários fatores concorrem para a seleção de um recurso: o ponto de vista do emissor; a abrangência pessoal; o tempo verbal; as intenções ou valores estilísticos que se imprimem a uma estrutura.

Quando se trata de agente desconhecido, são mais adequados os recursos que não envolvem a 1.^a e a 2.^a pessoas. Não são favorecidas nesse caso: o emprego do verbo na 1.^a ou na 2.^a pessoa — do singular ou do plural; a expressão indefinida *a gente*; o pronome de tratamento *você*.

Se o emissor não tem interesse em determinar o agente, interessando-lhe somente o fato em si, geralmente emprega: o verbo na 3.^a pessoa do plural; pronomes indefinidos; voz passiva analítica ou pronominal; construções com o pronome *se* junto a verbos empregados na 3.^a pessoa do singular.

As construções com o pronome *se* junto à 3.^a pessoa do singular de verbos intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos tomados intransitivamente ou seguidos de objeto direto preposicionado, e de ligação conferem maior objetividade e distanciamento ao enunciado porque, podendo envolver todas as pessoas do discurso, não envolvem especificamente nenhuma delas.

Se um recurso particulariza uma pessoa específica do discurso — emprego do verbo na 1.^a ou 2.^a pessoa, da expressão *a gente*, do pronome *você* — há um envolvimento do emissor, ou para se incluir no processo, ou para incluir o(s) interlocutor(es).

* Mattoso Câmara Jr. observa que “uma frase como — ‘fala-se de um crime’, é sentida por muita gente como tendo sujeito indeterminado (as pessoas em geral), comparável ao *on* e equivalente ao port. ‘falamos de um crime’. Mas em — ‘trata-se de um crime’ já não há, absolutamente o mesmo sentimento. Não obstante, a estrutura das duas frases é idêntica: verbo invariável na 3.^a pessoa do singular, conjugado com a partícula *se* e acompanhado de um complemento regido da preposição *de*. É óbvio, para o lingüista, que uma interpretação assente na expressão lingüística tem que abranger as duas frases”. (11, p.32).

TUPINÁ, H.M. — Abrangência pessoal dos processos de indeterminação do agente. *Alfa*, São Paulo, 28:63-69, 1984.

TUPINÁ, H. M. — Personal embracing of the devices for the indetermination of the agent. *Alfa*, São Paulo, 28:63-69, 1984.

ABSTRACT: In this paper, we present an analysis of a peculiarity of the devices for the indetermination of the agent in Portuguese: of the persons — 1st, 2nd, 3rd — comprised by such devices. In order to select the processes we have described, we initially considered the notions of indetermination and agent; then having in mind the aim proposed, we described them specifying the factors that contribute to the choice of a device and its functionality.

KEY-WORDS: Indetermination; reference; personal embracing; impersonality; generalization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARRAIS, T.C. — *Estruturas sintático-semânticas da frase portuguesa*. Araraquara, ILCSE-UNESP, 1982. (Tese-Livre-Docência). (Xerocópia)
2. BENVENISTE, É. — *Problemas de lingüística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Rev. do Prof. Izaac Nicolau Salum. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1976.
3. DUBOIS, J. *et alii* — *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1978.
4. FERREIRA FILHO, J. A. — *Malagueta, perus e Bacanaço*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
5. FONSECA, R. — *Lúcia MacCartney*. 4. ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1978.
6. LISPECTOR, C. — *A imitação da rosa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
7. LISPECTOR, C. — *Laços de família*. 6. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
8. LUFT, C. P. — *Moderna gramática brasileira*. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1981.
9. LYONS, J. — *Introdução à lingüística teórica*. Trad. de Rosa Virginia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1979.
10. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.
11. MATTOSO CÂMARA JR., J. — *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
12. MAURER JR., T.H. — Dois problemas da língua portuguesa — o infinitivo flexionado e o pronome SE. *Boletim de Filologia Românica*, 12(3): 7-70, 1951.
13. PINÓN, N. — *Sala de armas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
14. RAMOS, R. — *Circuito fechado*. São Paulo, Martins, 1972.
15. ROCA PONS, F. — *Introducción a la gramática*. Barcelona, Vergara, 1960. 2 v.
16. ROSA, J. G. — Meu Tio o Iauaretê. In: BOSI, A. org. — *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.
17. ROSA, J.G. — Sinhá Secada. In: BOSI, A. org. — *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.
18. TELLES, L. F. — *Seleta*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
19. TREVISAN, D. — *O pássaro de cinco asas*. 2.^a ed. rev. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
20. VEIGA, J. J. — *A máquina extraviada*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
21. *Jornal Folha de S. Paulo*, 1982.
22. *Revista ISTO É*, 1982.